

Evento	Reunião da Comissão de Informática
Data	26/6/2025
Horário	10h30
Local	Híbrida - Presencial na Sala de Reuniões da Presidência e Virtual pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none"> - Edmundo Fraga Lopes, Desembargador Coordenador da Comissão; - Tereza Aparecida Asta Gemignani, Desembargadora; - José Otávio de Souza Ferreira, Desembargador; - Eder Sivers, Desembargador; - Ricardo Antonio Plato, Desembargador; - Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações; - Patricia Luchi Pesce, Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, Desembargadora; - João Alberto Alves Machado, Desembargador; - Marcos da Silva Pôrto, Desembargador.
Pauta / Assuntos	<p>1- PROAD 7440/2024 Plano de contratações de soluções de TIC - 2025</p> <p>2- PROAD 5784/2025 Plano de contratações de soluções de TIC - 2026</p>


 EDMUNDO
FRAGA
LOPES
30/06/2025 17:49

O Excelentíssimo Desembargador Edmundo Fraga Lopes, Presidente da Comissão de Informática, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a participação de todas e de todos.

Na sequência, o Colegiado debateu a pauta e os processos compartilhados anteriormente pelo Google Agenda.

1- PROAD 7440/2024: Plano de Contratações de TIC para 2025:

O Excelentíssimo Desembargador Edmundo explicou que os temas desta reunião foram assuntos trazidos no encontro de março, quando ainda não havia o orçamento aprovado pelo Presidente da República. Como atualmente já há o orçamento final, com redução maior do que o esperado, decidiu-se por voltar à pauta, para acompanhamento.



A Excelentíssima Desembargadora Tereza Asta pediu para que o Secretário de TIC abordasse a necessidade de cortes orçamentários, objeto também do PROAD 3654/2025.

Herbert contou que, de fato, houve a necessidade de cortes de até 60%, sendo demonstrada a sensibilidade do assunto, com expectativa de repasses orçamentários pelo CSJT para suprir outras demandas; repasses esses quais ainda não vieram, exigindo que o Tribunal tenha que eventualmente absorver esses custos/investimentos.

Os cortes para 2025 para a área de TI foram significativos, inclusive envolvendo contratos em andamento.

Na semana passada, porém, houve manifestação no CNJ para repassar recursos ao CSJT, que poderá enviá-los aos Tribunais. Se isso se concretizar, pode haver uma revisão dos cortes efetuados e que, por ora, estão suspensos.

Por enquanto, iniciou-se procedimento licitatório, para garantir as fases e as datas previstas na legislação.

Os itens mais críticos e essenciais são firewall, que é um dispositivo de segurança e precisa estar na garantia do fabricante; e licenças de virtualização de software, que possibilitam que haja servidores virtuais operando na infraestrutura, além dos switches que também sairão da garantia do fabricante.

Comentou a importância de cada item em si, esclarecendo que no caso dos servidores de dados, hoje o parque é composto por um ambiente misto, com servidores físicos e virtuais.

O Excelentíssimo Desembargador José Otávio questionou se o servidor virtual é mais barato do que o servidor físico. Herbert elucidou que sim, seja em uma estratégia de disponibilização de capacidade de processamento, seja por questões de limitação física, não demandando um aumento físico da sala-cofre.

Além disso, aumenta a capacidade de processamento e o gerenciamento nos dias de mais audiências e sessões, melhor distribuindo entre os sistemas em operação no Tribunal.



A Excelentíssima Desembargadora Tereza Asta indagou se o aumento de dados e de número de páginas nos recursos e nos documentos dos processos no PJe impacta no sistema. Herbert considerou que se verifica o crescimento do uso do storage, que foi adquirido no ano de 2024 e tem capacidade compatível com esse aumento até o final do ano de 2027 considerando o crescimento estatístico que tem ocorrido.

A Excelentíssima Desembargadora Tereza Asta sugeriu aproximação e sensibilização na Escola Judicial, incluindo a participação da OAB, para tratar do tamanho das peças processuais. O Excelentíssimo Desembargador José Otávio opinou que futuramente pode haver uma discussão em matérias do Código Civil e da CLT, não apenas para recursos, mas também sentenças etc.

Na sequência, estando ciente dos andamentos acerca do plano para 2025, a Comissão passou a debater o segundo item da pauta.

2- PROAD 5784/2025: Plano de Contratações de TIC para 2026:

O Excelentíssimo Desembargador Edmundo passou a palavra ao Herbert, que compartilhou que os cortes foram ainda mais severos para 2026, com números chegando a cerca de R\$ 30 milhões de redução.

No entanto, apesar de hoje ser preocupante, há uma possibilidade de que até o ano que vem o cenário melhore, haja vista que depende de muitos eventos futuros.

O Excelentíssimo Desembargador Edmundo reforçou que ambos os planos de contratações foram aprovados pela Presidência em abril do corrente ano, sendo acompanhados e atualizados pela SETIC, com apoio da Comissão e do Comitê de Governança de TIC.

- Outros assuntos:

Herbert trouxe o resultado do treinamento elaborado a respeito do Libre Office, a partir de pedido da Excelentíssima Desembargadora Tereza Asta em reunião anterior. A intenção é



realizar esse evento em alguma sexta-feira, a ser programada nas próximas semanas.

O Excelentíssimo Desembargador Coordenador Edmundo manifestou preocupação e propôs como pauta para a próxima reunião o debate sobre o uso da IA (inteligência artificial) no Tribunal, para normatização, o que contou com apoio e concordância dos demais membros do colegiado. O Excelentíssimo Desembargador Edmundo solicitou que haja o detalhamento de quais são as IAs disponíveis, de forma a trazer o assunto para a reunião de 28 de agosto.

O Excelentíssimo Desembargador José Otávio requereu que a SETIC traga mais informações do que pode ser utilizado com segurança e critério, e a Excelentíssima Desembargadora Tereza complementou, ainda, que discussões nacionais envolvem especificidades do Brasil inteiro, sendo importante debater regionalmente.

Assim, Herbert ficou responsável por elaborar um estudo detalhado a esse respeito. A matéria será analisada pela Comissão e posteriormente elevada à Presidência do Tribunal.

Sem outros assuntos a tratar, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador agradeceu a presença de todos, encerrando o encontro às 11h15 e agendando a próxima reunião para 28 de agosto, às 10h30.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce, Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	26/6/2025
Ata aprovada por	Desembargador Presidente da Comissão de Informática, Edmundo Fraga Lopes	Em	27/6/2025

